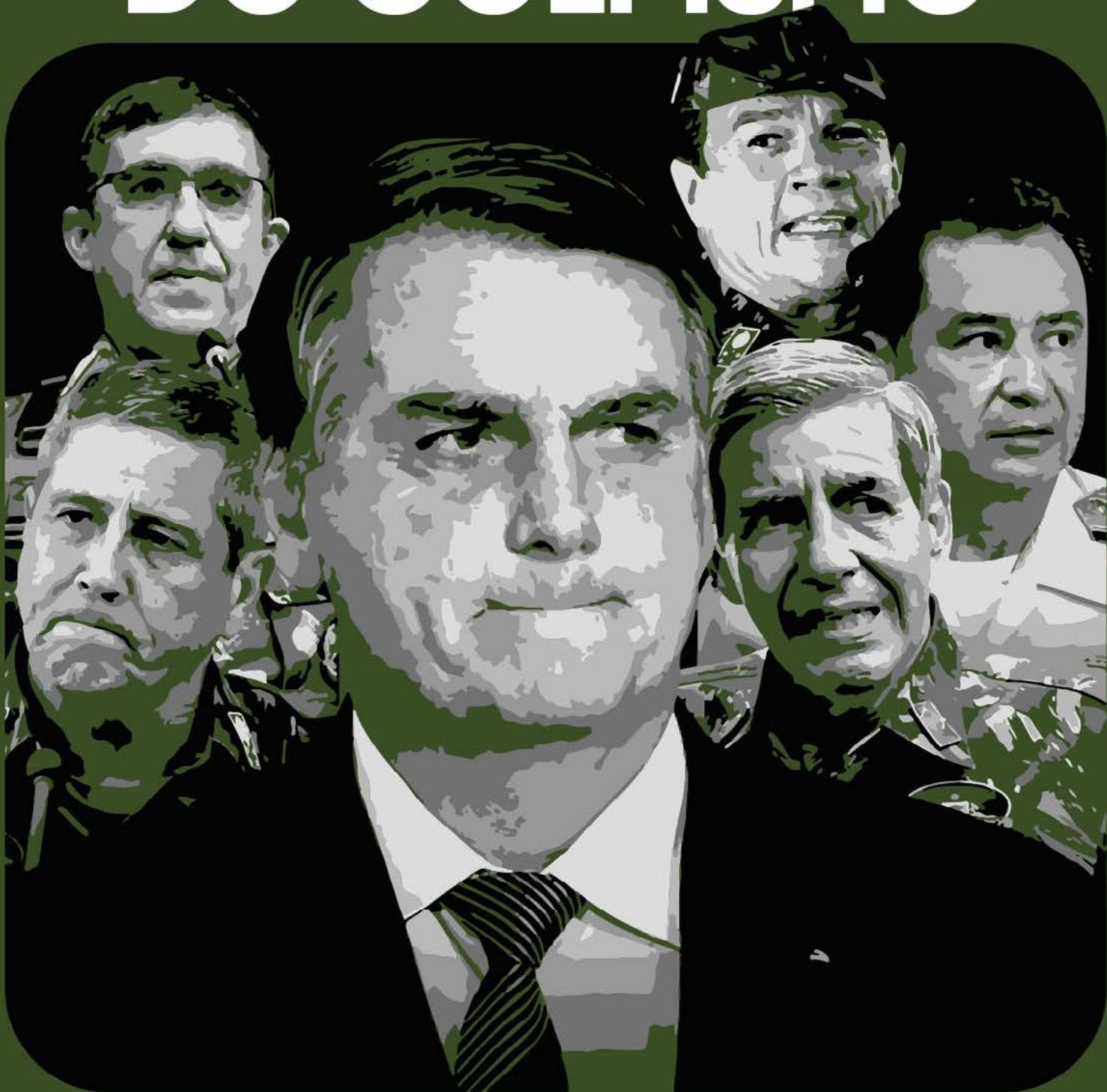


O ESTADO MAIOR DO GOLPISMO



focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 27 de Fevereiro de 2024 Nº 130

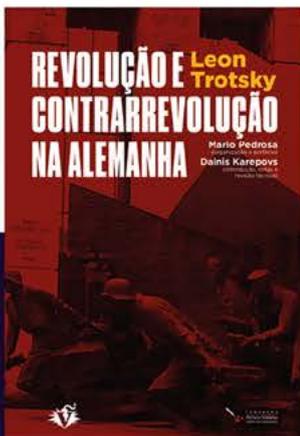
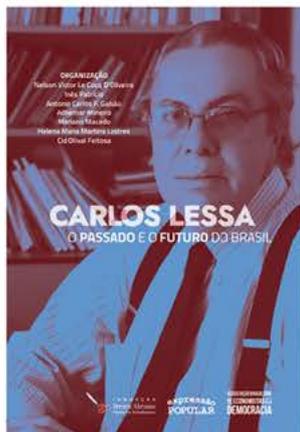
Silêncio: diante da PF, Bolsonaro e parceiros se calam

Bolsonarismo sem Bolsonaro: entrevista com Greenhalgh

Cultura: o carnaval de rua de São Paulo

A repercussão das falas de Lula na Europa

CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA

Fundação Perseu Abramo | Formação | Publicações | Memória | Teoria e Debate | Acervo Social | Observa BR

ASSINE

POLÍTICA | ECONOMIA | CULTURA | MEIO AMBIENTE | PÚBLICO | INTERNACIONAL | SOCIAL | PERIFÉRIAS | PODCAST | VÍDEOS | ALÉXIA

formação FPA

CLIQUE AQUI E ACESSA NOSSOS CURSOS

LANÇAMENTOS
Revolução e Contrarrevolução na Alemanha
da revolução.

Conteúdo recente

- HOMENAGEM**
Wladimir Pomar presente, agora e sempre!
Válter Pomar
- HOMENAGEM**
Wladimir Pomar: perdemos um valeroso militante da esquerda brasileira
Diretor Executivo da FPA
- POLÍTICA**
CASB divulga nomes do conselho
- LANÇAMENTOS**
Revolução e Contrarrevolução na Alemanha
- INTERNACIONAL**
Janela Internacional: os 50 anos do golpe no Chile
- PERIFÉRIAS**
Painel de Dados das periferias desenha desigualdades em gráficos e mapas
- POLÍTICA**
Presidente Lula sanciona três leis para proteger a vida das brasileiras
Agência PT de notícias
- PERIFÉRIAS**
Reconexão reúne conselho, coletivos, ministérios e chega ao presidente
da revolução.

Leia mais

LANÇAMENTOS
Economia para a transformação social terá lançamento em SP

LANÇAMENTO DO PAINEL DE DADOS DAS PERIFÉRIAS

HOMENAGEM
Wladimir Pomar presente, agora e sempre!
Válter Pomar

Publicações

RECONEXÃO
Revista Reconexão Periferias – maio 2023

VIVER POR CONTA PRÓPRIA
Viver por conta própria

■ **ACOMPANHE NOSSOS CANAIS E RECEBA NOSSAS PUBLICAÇÕES!**



www.fpabramo.org.br



[@fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)



[Fundação Perseu Abramo](https://www.youtube.com/c/FundaçãoPerseuAbramo)



[@fpabramo](https://www.instagram.com/fpabramo)

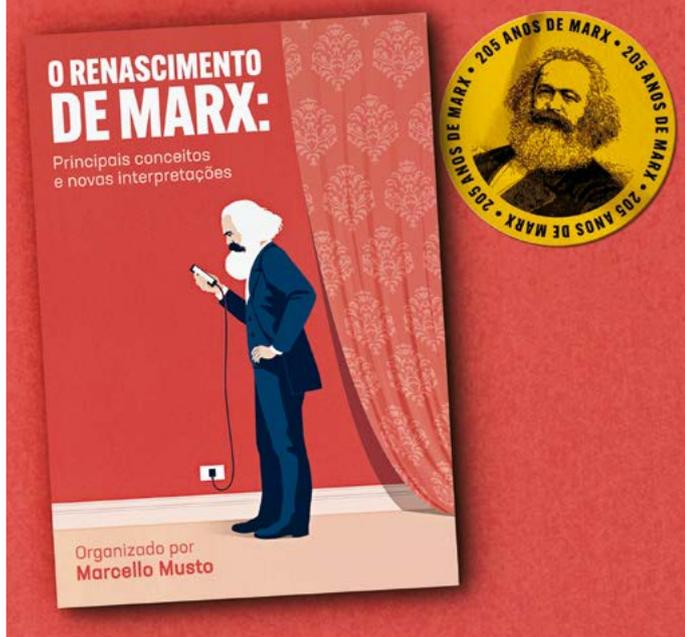


FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

O RENASCIMENTO DE MARX

ORGANIZADO POR MARCELLO MUSTO

adquira seu exemplar em: autonomialiteraria.com.br



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Edição: Guto Alves

Diagramação: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Bia Abramo, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Isaías Dalle



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria

de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira

Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim,

Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio,

Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque,

Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel,

Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada

Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima,

Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza

Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges

Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena

Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),

Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia

e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

CONTRIBUA COM A REVISTA
REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

REVISTA
RECONEXÃO
PERIFERIAS



CERCO AO GOLPISMO

Silêncio de Bolsonaro durante depoimento à Polícia Federal apesar da enorme relação de delitos comprovados, manifestação na avenida Paulista para louvar golpistas e as análises do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh sobre a conjuntura e o histórico destes crimes de Bolsonaro estão nesta edição, que também tem matérias sobre a reação do mundo aos clamores de paz feitos por Lula, economia e história.

CARTA AO LEITOR Sem anistia!

Página 05

CAPA Quem cala, consente? Bolsonaro fica mudo durante depoimento

Página 06

BRASIL Luiz Eduardo Greenhalgh destrincha o bolsonarismo e fala sobre o silêncio diante da PF

Página 10

BRASIL Vacinas contra dengue chegarão em 29 municípios

Página 16

AMAZÔNIA Desmatamento da região, com Governo Lula cai 60%

Página 17

ECONOMIA Indústria de alimentos e a geração de empregos

Página 18

ARTIGO Punição para os golpistas

Página 20

INTERNACIONAL Presidente Lula sacode o planeta: parem o genocídio!

Página 21

MEMÓRIA Debater políticas públicas foi novidade no Brasil em 1941

Página 23

ENTREVISTA Guilherme Varella defende que carnaval é um direito cultural

Página 25

CULTURA Petrobras anuncia edital que prevê R\$250 milhões

Página 31

OBITUÁRIO Luiz Werneck Vianna, perde a sociologia brasileira

Página 33



PAULISTA, 25 DE FEVEREIRO: A CORTINA DE FUMAÇA DO GOLPISMO

Alberto Cantalice

Inescrupuloso em sua aparência e essência Bolsonaro convocou as viúvas do golpe malgrado de 8 de janeiro, para convescote golpista neste domingo, na Avenida Paulista. Teve a presença e o apoio do governador Tarcísio de Freitas, do prefeito Ricardo Nunes e como animador o empresário da fé Silas Malafaia.

Dezenas de deputados e senadores, muitos deles implicados na trama de janeiro e que são investigados em inquérito na polícia federal, se fizeram presentes. O ato público teve uma gafe de Tarcísio que disse que o ex-presidente não é mais um CPF. O que seria então? Um CNPJ? É o que muitos que lá não estiveram suspeitam há tempos.

A profusão de bandeiras e ca-

misas da seleção nacional - cujo sentido seria o louvar a pátria - serviu para tentar acobertar um desafio às leis e à Constituição Federal perpetrados por Bolsonaro e seus asseclas na documentada tentativa de usar as Forças Armadas para virar o jogo e perpetrar um golpe de Estado.

O Capitão, seus generais e os demais parlamentares sabem que não escaparão impunes. Por isso a criação dessa grande cortina de fumaça com vistas a tirar o foco da opinião pública.

Diferentemente dos golpistas de ocasião, as forças democráticas e progressistas devem acompanhar calmamente o desenrolar do processo criminal aberto pelo Supremo Tribunal Federal. As investigações têm que ir à exaustão. Deve se observar plenamente o Devido Processo Legal e o Direito ao Contraditório. Não se pode dar azo para que os que

atentaram contra a democracia e as instituições aleguem perseguição política.

Não se trata de vingança. Até porque a justiça não é vingança. Ao contrário, é a garantia e a observância do cumprimento das leis. Quem as infringe deve prestar contas à sociedade. O rompimento do tecido social e as frequentes ameaças à democracia se dão pela impunidade - como foi o caso dos golpistas de 1964 que se quedaram impunes. Caso único na América Latina.

Joga-se nesse momento uma cartada decisiva para a consolidação do Estado Democrático de Direito. Abre-se a janela de oportunidade que enquadre aqueles que flertando com a ditadura organizaram, financiaram e estimularam o golpismo malgrado no fatídico dia 8 de janeiro de 2023.

Sem anistia!



O SILÊNCIO DOS INOCENTES?

Em depoimento à Polícia Federal para responder participação em conspiração golpista, Jair Bolsonaro (PL) e seus asseclas de farda optaram pelo silêncio.

Na última quinta-feira, 22, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) compareceu à sede da Polícia Federal para prestar esclarecimentos sobre seu envolvimento em suposta tentativa de golpe de Estado. As acusações vêm em decorrência dos atos de 8 de janeiro, quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e depredadas por bolsonaristas que contestavam o resultado das eleições de 2022 e pediam um Golpe Militar.

Em vez da defesa, esperada de quem brada seus atributos de honestidade, honra e disciplina de (ex) militar, Bolsonaro optou pela covardia do silêncio diante dos investigadores que apuram uma suposta tentativa de golpe de Estado. Bolsonaro ficou menos de meia hora na sede da PF. Valdemar Costa Neto e Anderson Torres não se calaram em seus depoimentos com investigadores, mas o conteúdo ainda não foi divulgado.

Em entrevista, o advogado Fabio Wajngarten disse que o ex-presidente "nunca foi simpático a qualquer tipo de movimento golpista", mesmo diante das evidências apresentadas até aqui. Também ficaram em silêncio os generais Augusto Heleno, Mario Fernandes, Almir Garnier, Paulo Sérgio Nogueira, Braga Netto, Ronald Ferreira Junior.

Nada solitário dentre os suspeitos de conspiração golpista, Jair Bolsonaro é investigado ao lado de aliados e ex-membros de seu governo, entre eles o ex-ministro e candidato a vice-presidente pelo PL nas eleições de 2022, Walter Souza Braga Netto, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, o ex-ministro de Segurança Institucional general Augusto Heleno, o ex-ministro substituto da Secretaria-Geral da Presidência Mário Fernandes, o

oficial do Exército Ronald Ferreira de Araújo Junior e o ex-comandante da Marinha Almir Garnier, o ex-ministro da Defesa Paulo Sérgio Nogueira e o ex-ministro da Justiça Anderson Torres.

Os depoimentos são componentes fundamentais da operação Tempus Veritatis, realizada pela Polícia Federal há quinze dias. Segundo as apurações, Bolsonaro e seus apoiadores teriam se articulado com o objetivo de promover um golpe de Estado e assegurar a permanência do presidente no cargo, evitando assim a posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Recentemente, os advogados solicitaram duas vezes acesso aos documentos da investigação. O ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu acesso aos mandados da operação. Posteriormente, os advogados do ex-presidente requisitaram acesso às mídias digitais, como telefones e computadores, assim como à delação do ex-assessor de Bolsonaro, Mauro Cid, mas Moraes negou a autorização. A defesa fez um novo pedido para acessar o conteúdo

das mídias. A justificativa é a necessidade de "garantir a igualdade de condições no processo investigativo".

Ainda de acordo com informações da Polícia Federal, em retrospecto, foi encontrada na residência de Anderson Torres uma minuta de um decreto golpista que recomendava a prisão dos ministros do STF Alexandre de Moraes e Gilmar Mendes, além de Rodrigo Pacheco, presidente do Congresso Nacional. O ex-presidente Bolsonaro também teria solicitado modificações no documento, optando por manter a prisão somente de Moraes e pedindo a convocação de novas eleições. Os eventos sob investigação podem resultar em acusações de organização criminosa, atentado violento ao Estado Democrático de Direito e tentativa de golpe de Estado.

Confraria do Golpe

Uma parte significativa das averiguações está relacionada a uma reunião ministerial que ocorreu em 5 de julho de 2022. Durante o encontro, Bolsonaro orientou os ministros a não



RAFA NEDDERMEYER / AGENCIA BRASIL

ADVOGADOS Paulo Bueno e Fabio Wajngarten durante entrevista coletiva após depoimento de Bolsonaro na última terça, 27



aguardarem o desfecho das eleições para tomarem medidas. Apesar disso, os advogados do presidente afirmam que o ex-presidente nunca considerou a possibilidade de um golpe.

Uma das evidências utilizadas para fundamentar a investigação é a gravação de uma reunião ocorrida em julho de 2022, envolvendo Bolsonaro, ministros e militares, quando ele ocupava a presidência. Conforme apontado pela Polícia Federal, durante essa reunião, o então presidente teria exigido que seus ministros, indo contra o propósito legítimo de seus cargos, disseminassem e replicassem desinformações e notícias falsas sobre a integridade do sistema de votação em suas respectivas áreas, utilizando a estrutura do governo para propósitos ilegais e contrários ao interesse público.

De com a documentação da Polícia Federal, na gravação da reunião, o então ministro-chefe do GSI, general Augusto Heleno, mencionou ter conversado com o diretor-adjunto da Abin sobre a infiltração de agentes nas campanhas eleitorais, mas alertou sobre o perigo de os agentes serem identificados. Nesse momento, Bolsonaro interrompeu o ministro, possivelmente reconhecen-

do o risco de expor as ações dos servidores da Abin, conforme indicado pela PF, ordenando que ele não continuasse a discussão e sugerindo abordar o assunto em particular mais tarde.

O então ministro do GSI afirmou de forma incisiva que medidas deveriam ser tomadas contra certas instituições e indivíduos, e que uma mudança radical na situação deveria ocorrer antes das eleições. "Então, o que tiver que ser feito tem que ser feito antes das eleições. Se tiver que dar soco na mesa, é antes das eleições. Se tiver que virar a mesa, é antes das eleições. Depois das eleições, será muito difícil que tenhamos alguma nova perspectiva", disse Heleno.

Em outro momento da reunião, Bolsonaro afirmou que "o plano B, tem que botar em prática agora". "Só pra gente prestar atenção. [...] A fotografia que pintar no dia 2 de outubro acabou, porra! Quer mais claro do que isso? Nós estamos fazendo a coisa certa, mas o plano B tem que botar em prática agora", bravateou o ex-presidente Jair Bolsonaro na reunião.

As declarações são parte de um vídeo contendo a totalidade da reunião ocorrida em julho

de 2022, que serviu como base para a operação da Polícia Federal contra militares e ex-ministros de Bolsonaro suspeitos de envolvimento em uma tentativa de golpe de Estado. As imagens foram encontradas no computador de Mauro Barbosa Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, e divulgadas nesta sexta-feira (9) pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). Durante o encontro, o então presidente Bolsonaro e ministros discutiram "ações" anteriores às eleições daquele ano. Conforme a PF, o ex-presidente ordenou a disseminação de informações falsas com o objetivo de alterar o cenário na disputa eleitoral e evitar uma possível vitória do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Segundo a PF, os investigadores se uniram para disseminar notícias falsas sobre o sistema eleitoral brasileiro, com objetivo de criar condições para uma intervenção militar que mantivesse Bolsonaro no poder. Vale lembrar que Bolsonaro foi declarado inelegível até 2030 pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que condenou o ex-presidente por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação ao questionar o sistema eleitoral. Bolsonaro também é alvo de outras investigações no STF.

Operação Tempus Veritatis

Em 8 de fevereiro, a Polícia Federal conduziu a Operação Tempus Veritatis, tendo como alvo vários militares e assessores associados a Bolsonaro. Durante a operação, o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, foi detido por porte ilegal de arma e de pepita de ouro proveniente de garimpo ilegal.

A iniciativa da operação ocor-

reu após o tenente-coronel Mauro Cid, ex-auxiliar de Bolsonaro, firmar um acordo de delação premiada com os investigadores da PF. Esse acordo foi encaminhado à Procuradoria-Geral da República (PGR) e já foi homologado pelo STF.

Bolsonaro foi alvo de mandados de busca e apreensão, teve seu passaporte confiscado para impedir sua saída do país durante a investigação. Além disso, a operação resultou na prisão de Filipe Martins, ex-assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, do coronel Marcelo Câmara, da reserva do Exército, e do major Rafael Martins, em serviço ativo no Exército.

A investigação também indica que o general Walter Braga Netto, então candidato a vice-presidente na chapa derrotada em outubro de 2022, teria comandado uma campanha de difamação contra generais que não concordaram com o suposto plano de golpe de Estado.

Diversas autoridades também foram convocadas para prestar depoimento na operação: Marcelo Costa Câmara (coronel do Exército), Tércio Arnaud (ex-assessor de Bolsonaro), Cleverson Ney Magalhães (coronel do Exército), Bernardo Romão Correia Neto (coronel do Exército) e Bernardo Ferreira de Araújo Júnior. Além disso, foram agendados depoimentos em diferentes cidades do Brasil: Rio de Janeiro: Hélio Ferreira Lima, Sérgio Ricardo Cavaliere de Medeiros, Ailton Gonçalves Moraes de Barros e Rafael Martins Oliveira. São Paulo: Amauri Feres Saad e José Eduardo de Oliveira. Paraná: Filipe Garcia Martins. Minas Gerais: Éder Balbino. Mato Grosso do Sul: Laércio Virgílio. Espírito Santo: Ângelo Martins Denicoli e Ceará: Estevam Theophilo.



RELEMBRE: BOLSONARO FOI CITADO MAIS DE 70 VEZES EM DECISÃO DE MORAES

Ex-presidente discutiu com militares documento para mudar o resultado das eleições. Investigação aponta também apoio aos atos golpistas.

O ex-presidente Jair Bolsonaro é mencionado mais de 70 vezes na decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, que serviu de base para a operação contra militares e ex-ministros. Eles são suspeitos de envolvimento em uma suposta tentativa de golpe de Estado que visava manter Bolsonaro no poder e resultou na invasão dos Três Poderes em Brasília em 8 de janeiro. Como medida, o passaporte do ex-presidente foi apreendido pela Polícia Federal e ele recebeu a proibição de se comunicar com os investigados.

As referências Bolsonaro na decisão abrangem citações de suas declarações transcritas,

como aquelas provenientes de uma reunião realizada com a alta cúpula do governo, na qual foi cobrada uma postura ativa na disseminação ilegal de desinformação e ataques à Justiça Eleitoral.

O nome de Jair Bolsonaro também é mencionado na decisão em relação à descoberta de uma minuta golpista que propunha a prisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes, bem como do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). Segundo a Polícia Federal, Bolsonaro recebeu essa minuta e solicitou a exclusão dos nomes de Gilmar e Pacheco, mantendo apenas o de Alexandre de Moraes.

PARA ENTENDER O 'BOLSONARISMO SEM BOLSONARO': AS ANÁLISES DE LUIZ EDUARDO GREENHALGH

"Seu eleitorado também não debate sobre o Brasil, não apresenta projetos para o país nem oferece soluções para os problemas nacionais. Eles não querem discutir política" diz o advogado e ex-deputado

Fernanda Otero

O advogado Luiz Eduardo Greenhalgh é o entrevistado da Revista Focus desta semana e nos ajuda a compreender os movimentos e a personalidade do capitão e investigado pela Polícia Federal, Jair Messias Bolsonaro.

Graduado em Direito pela Universidade de São Paulo em 1973, Luiz Eduardo Greenhalgh dedicou-se à advocacia focada em causas humanitárias, defendendo presos políticos durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, além de representar sindicatos e organizações políticas. Nessa época, também prestou assessoria jurídica a jornais

alternativos que combatiam o regime. Como ativista dos direitos humanos, teve papel ativo em várias iniciativas da sociedade civil contra a ditadura, incluindo a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia em 1976, do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina em 1980 e a coordenação do projeto "Brasil Nunca Mais" entre 1979 e 1985.

Foi vice-prefeito de São Paulo na gestão de Luiza Erundina de 1989 a 1993. Além de fundador do Partido dos Trabalhadores foi membro do Diretório Nacional, da Executiva, Secretário de Relações Internacionais e Terceiro-Vice-Presidente. Foi deputado federal por quatro mandatos,

autor de projetos que se transformaram em emendas constitucionais e relatou mais de três dezenas de projetos transformados em normas jurídicas. Concorreu à presidência da casa em 2005 e foi derrotado por Severino Cavalcanti, que renunciou ao mandato de deputado alguns meses depois para escapar de uma cassação por envolvimento em pagamento de propina no restaurante da Câmara.

Durante seu mandato no Congresso, fez parte da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Foi o relator do Estatuto do Armamento.

No ano que marca os 60 anos



do golpe, Greenhalgh destaca a necessidade de o Brasil revisitar e resolver questões pendentes de sua história política recente para verdadeiramente transitar da ditadura para uma democracia robusta, sublinhando que a mera reconstrução pós-Bolsonaro não é suficiente sem uma transformação substantiva.

- O que significa o silêncio de Bolsonaro?

- Conheço muito bem o Bolsonaro. Fui deputado com ele por pelo menos dois mandatos e conheço sua trajetória. O adjetivo adequado para descrevê-lo seria "mediocridade". Ele é timbrado pela mediocridade, tendo sido um militar medíocre e um deputado medíocre ao longo de diversas legislaturas. Você não é capaz de mencionar um projeto de lei dele que tenha sido transformado em lei. Como presidente, sua atuação foi medíocre. Ele é uma pessoa medíocre. O que alçou Bolsonaro foi a prisão do presidente Lula. Contudo, mesmo sob essas circunstâncias, havia dúvidas de sua capacidade

de vencer as eleições. Não acreditava-se que ele venceria, pois não se sairia bem em debates sobre os problemas brasileiros ou na discussão de um projeto para o Brasil. Na minha opinião, o que realmente salvou Bolsonaro foi a facada. A facada deu a ele um habeas corpus preventivo, pois ele não participou de nenhum debate. Ele virou vítima diante da população, e isso o elegeu.

Enquanto fui deputado, tivemos embates graves. Ele falava mal do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, eu era advogado do MST. Ele falava mal da anistia, eu defendia os anistiados. Ele defendia a tortura, eu era contra a tortura. Ele apoiava o regime militar de 1964, eu era contra. Ele pertencia ao baixo clero, mas nem nesse grupo ele era ativo. Era, na verdade, escanteado até pelo próprio baixo clero. É uma pessoa que não dialoga com ninguém. Costumo brincar que o único dia em que o Bolsonaro era importante, era quando os deputados se reuniam para jogar futebol. Um deputado em Brasília, que havia sido jogador

de futebol no Rio de Janeiro, alugava uma chácara onde promovia, com certa regularidade, um jogo de futebol. Convidava os deputados para jogar, e Bolsonaro também era convidado. Portanto, a demanda que os deputados tinham para com ele era apenas para que ele participasse do jogo de futebol na chácara, uma vez por semana. Mas ele não tinha amigos.

Ele é uma pessoa recalcada, medrosa, que nutre ódio contra as mulheres. Veja a forma como ele se dirigiu a Dilma, a Maria do Rosário, as agressões à ex-mulher, a ameaça de morte à ex-mulher, que fugiu, registrou um boletim de ocorrência e deixou o país. A gente esquece essas coisas. Essa é a figura do Bolsonaro. Quando estava na ativa, ele concedeu uma entrevista à revista Veja e desenhou, de próprio punho, um esboço do atentado que planejava realizar no Rio de Janeiro, com o uso de uma bomba em Guandu. Por isso, sofreu um processo na Justiça Militar e foi afastado. O general Geisel, em suas memórias, o considera

um mau militar. Bolsonaro é uma pessoa que... Bem, vejo o Bolsonaro com muitos problemas psicológicos e pessoais. Ele tenta se mostrar como machão, mas diante de qualquer situação, foge da polícia. Os depoimentos que prestou acerca de processos e inquéritos na Polícia Federal e no Supremo são risíveis. Na quinta-feira, dia 22, ele entrou e saiu da PF sem pronunciar uma palavra. Foi questionado sobre as joias e se confundiu. Ao falar sobre vacinas, também se confundiu. O que sabe fazer é usar fake news para se promover. Ele é produto de uma circunstância: Lula preso, Dilma afastada pelo impeachment e o PT em uma situação de cerco. Nesse contexto, lançou-se como candidato, veio a facada e isso o colocou em evidência, culminando em sua eleição. Mesmo assim, não venceu no primeiro turno; a vitória veio no segundo. Sua gestão foi caracterizada pelo ultraliberalismo econômico, com o (Paulo) Guedes na economia, aliando-se ao Trump, Steve Bannon... ele não tem ideologia. A família criou uma unidade em torno de figuras como Steve Bannon e no uso de fake news, que o levou à presidência, o que foi uma tragédia para o Brasil. Se, no governo Juscelino Kubitschek, dizia-se que o Brasil avançaria 50 anos em 5, no governo Jair Bolsonaro, retrocedemos 50 anos em 5. Veja a dificuldade que o presidente Lula está tendo de corrigir o país e reconstruir as coisas.

- Quando você fala da personalidade do Bolsonaro, de que ele era um deputado do baixo clero, uma pessoa rejeitada, ainda assim, ele atraía multidões e tem uma influência na sociedade que é significativa, gostemos ou não. Ele reuniu multidões, reúne multidões e se elegeu.

- Ele é produto de uma época. Ele é o espelho fiel de uma circunstância. Que circunstância? O PT sob cerco e aniquilamento, Dilma alvo de impeachment, Lula preso. Essas circunstâncias todas, com a Operação Lava Jato no auge, propiciaram o surgimento da antipolítica, levando muitos a votarem contra o status quo. E "contra tudo o que está aí", surge Bolsonaro. Assim, ele se posicionou como o anti-Estado, o defensor do armamentismo, prometendo liberar armas para colecionadores e atiradores, etc.

‘CONTRA TUDO O QUE ESTÁ AÍ’, SURGE BOLSONARO. ASSIM, ELE SE POSICIONOU COMO O ANTI-ESTADO

Essa é a circunstância. Outra circunstância é sua associação com o público evangélico. Ele foi até o Rio Jordão, entrou no Rio Jordão, se jogou para trás, e o Malaféia o batizou. Isso conquistou o público evangélico. Ele conquistou o baixo clero. E não tinha solução, as pessoas não queriam ouvir reflexões mais aprofundadas. O que ele fez? Ele viajou

de capital em capital, atraindo milhares aos aeroportos, todos aclamando o "mito". O que é o "mito"? O "mito" é o tudo que não é nada. Seu eleitorado também não debate sobre o Brasil, não apresenta projetos para o país nem oferece soluções para os problemas nacionais. Eles não querem discutir política. Assim, adotaram o "mito" como ídolo, foi assim que ele se elegeu.

A eleição dele é fora da curva, tenho estudado e observado isso. A eleição dele se assemelha, até certo ponto, à do Jânio Quadros. Um pouquinho, entende? Jânio era advogado formado pela São Francisco, onde também estudei, foi vereador, deputado, prefeito e governador. Assim, quando Jânio se apresenta, é pela postura anti-Estado, combatendo a corrupção; seu slogan era "varre, varre, vassourinha". Então, era alguém contra a corrupção. Jânio era um tanto histriônico. No entanto, a estroinice de Jânio não chega perto da de Bolsonaro. Às vezes, me pego pensando: que crimes Bolsonaro cometeu? Ele usou documentos falsos para tratar da vacinação da família antes de viajar para os Estados Unidos. Corrupção de menores, certo? A autorização da filha dele foi falsificada, ele se envolveu em associação criminosa.

Essa reunião que veio à tona recentemente, ocorrida em 5 de julho de 2022, é o planejamento escancarado de um golpe. O nível da reunião é lamentável. Reflete, na minha opinião, a verdadeira essência da personalidade de Bolsonaro. Não concatena sujeito e predicado e com objeto direto. Não desenvolve ideias de forma coesa. Usa e abusa do número de palavras. Salta de um assunto para outro deixando as pessoas perplexas. E fica perguntando: "Nós vamos deixar isso? Nós vamos deixar isso? Nós vamos deixar isso?" Assim,

ele estimula, incita. Afinal, aquela reunião seria o plano para um golpe, para não deixar o Lula assumir se ganhasse a eleição. Esse era o plano: "Se perdermos, não deixaremos o homem assumir". Ele põe em marcha essas ideias, mas quando chega 27, 28, 29 de dezembro, ele envia R\$ 800 mil reais para os Estados Unidos e foge para lá. É por isso que digo que ele é uma pessoa medrosa, covarde. Ele deixa todo mundo aqui e diz: "Vocês cuidem disso!", enquanto que ele pessoalmente, fica lá, à espera do golpe do 8 de janeiro. Porque ele queria retornar, carregado nos ombros da população, nos braços do povo? Não, esse é o Bolsonaro, assim que ele é, entendeu?

- Agora, quando estamos perto de completar 60 anos do golpe, você consegue ver paralelos entre este momento e aquele de 1964?

- Não, ao fazer essa comparação, vejo que naquele golpe havia, por assim dizer, uma ideologia, preparação, intelectualidade. Desculpe-me, mas nem Bolsonaro, nem no seu entorno, nem em seu governo, houve alguém com o tipo de figura como Golbery do Couto e Silva. Não havia, não tinha ideólogo, não havia nada. É como o quinto time de segunda categoria... Quem é esse general Heleno...

- Eu queria que você comentasse sobre esses personagens também...

- Esse general Heleno é muito interessante, porque ele é uma espécie de alter ego, é uma pantomima, o time do Bolsonaro é uma pantomima. Heleno é um alter ego do Bolsonaro. Eu me lembro que na campanha se falava que o Bolsonaro, se eleito, não ia transacionar com o parlamento e que não ia dar vez ao centrão. E eu me lembro de uma reunião

em que esse Heleno levantou-se e começou a cantar uma música referindo-se ao centrão "se gritar pega ladrão, não sobra um meu irmão". Quer dizer, em uma reunião de deputados do centrão, ele se levanta e começa a cantar "se gritar pega ladrão, não sobra um meu irmão". O general Heleno foi ao Haiti e o que se fala no Haiti é de um repressor, um capitão-do-mato, um vigilante de quarteirão. Aliás, eu tenho muita preocupação com as forças ar-

NAQUELE GOLPE DE 64 HAVIA, POR ASSIM DIZER, UMA IDEOLOGIA, PREPARAÇÃO, INTELECTUALIDADE. NEM BOLSONARO, NEM NO SEU ENTORNO TEM UM GOLBERY. QUEM É GENERAL HELENO?

madas. Porque se o general Heleno, o Braga Neto, o ex-ministro da Defesa, que são pessoas com este jaez, com esse nível de intelectualidade, que se predispõe a ter como líder o Bolsonaro, onde estão essas forças armadas? Onde está a formação intelectual das instituições militares? É uma questão digna de consideração... Figuras como Castelo Branco, Costa e Silva, nenhum deles se

assemelha a Bolsonaro. Bolsonaro é pífilo, e ainda assim tornou-se presidente da República. É algo completamente insano.

A entrada do juiz Sérgio Moro, impulsionada pela Lava Jato, contribuiu para a ascensão desse cidadão à presidência. A Lava Jato o ajudou. Ostensivamente! prendendo Lula, estigmatizando o PT. O general Mourão, que se tornou vice-presidente, teve várias reuniões com Sérgio Moro. Além disso, o primeiro ministro indicado pelo governo Bolsonaro foi Sérgio Moro, para a pasta da Justiça. Compreende? Dessa forma, a Lava Jato desempenhou um papel significativo. Eu acompanhei a eleição de Bolsonaro de dentro da cadeia, ao lado de Lula, e sofri junto com Lula. Estávamos assistindo a um filme, algo desproporcional, cheio de horror, onde todas as engrenagens anti população se uniram. Uma alimentou a outra e assim tudo progrediu. De tal maneira que humilharam o Lula, negando até mesmo o direito dele de ir ao enterro do irmão. Além disso, não tenho dúvidas de que a minha companheira, a nossa companheira, Marisa Letícia da Silva, fundadora do Partido dos Trabalhadores, faleceu devido à pressão causada pela Lava Jato sobre a família de Lula.

-Você acha que haveria um risco de instabilidade no Brasil?

- Não, nenhum. Ele não fará isso. Agora, temos eleições este ano. Ele se apresenta como uma alternativa, mas é o bolsonarismo sem Bolsonaro. Esse também será um tema interessante. Bolsonarismo sem Bolsonaro, o que seria? Seria o Tarcísio (governador de São Paulo), a esposa (Michele Bolsonaro) de Bolsonaro? Quem representa o bolsonarismo? Bolsonaro poderia coexistir com um bolsonarismo sem ele? Acredito que não. Então, parece

que precisa ser ele; caso contrário, ele não oferecerá apoio, pois não possui essa articulação política. Muito difícil. Há a possibilidade de ele ser tragado pelas raposas da política, como o presidente do PL, indivíduos oportunistas. Porque ele não articula, não é proativo; digamos, ele é conduzido. Valdemar Costa Neto o manipularia e ele seguiria adiante. Não estou dizendo que ele não trabalhe, não é essa a conotação que desejo dar, mas ele não é inclinado à articulação política, nunca foi. Ele realmente... não é um articulador, alguém que... toma a liderança. E o mais incrível é o depoimento que ele deu, uma entrevista essa semana a uma rádio, afirmando que na casa de Angra dos Reis, onde ocorreu a busca e apreensão, havia um cofre do qual ele não sabia. Meu Deus! Ele diz não saber, soube somente quando a polícia chegou lá. Disse que foi pescar. Pescar onde? De jet-ski. Onde está o jet-ski? Não encontraram o jet-ski. Entende?

É um verdadeiro drama. Visto de fora, ele é um tipo cantinflas, certo? No meio disso tudo. Mas isso nos causa dor, porque ele passou quatro anos no governo, gente. Como você disse, ele tem... muitos apoiadores. Ele tem uma multidão que o segue. Esse é o perigo. Quero entender o que essas pessoas que o seguem pensam. Esse é o problema, não é?

- Com relação ao processo, como é que a gente pode diferenciar o que está acontecendo agora da Lava Jato, mesmo porque pode haver uma interpretação de que quem está conduzindo essa operação é a Polícia Federal do Lula, que cuidados devemos tomar?

- Acredito que o Lula não deve interferir nesse assunto, assim como o governo não deve

se envolver. Esta questão está nas mãos do Supremo Tribunal Federal, e especificamente, do ministro Alexandre Moraes. Ponto final. É ele quem está lidando com isso, quem está progredindo nisso. Sempre defendi a ideia de respeitar o devido processo legal. Desejo que todas as pessoas envolvidas nos atos golpistas de 8 de janeiro, na reunião criminosa, essa associação criminosa do dia 5 de julho de 2022, tenham o pleno direito de se defender e que o processo transcorra dentro dos marcos da legalidade. Por essa razão, às vezes, e na semana passada tive essa visão e continuo mantendo, penso que determinadas decisões do Supremo podem contaminar esse assunto. Por exemplo, na semana passada, várias pessoas foram presas e os detidos foram privados de se comunicar para evitar ajustarem suas versões. Essa restrição também foi aplicada aos seus advogados. Negativo, não façam isso! O direito de defesa requer a presença do advogado. Os advogados podem conversar entre si. Os advogados não devem ser confundidos com seus clientes. Foi positivo que a Ordem dos Advogados recorreu ao Supremo para que o ministro Alexandre Moraes esclarecesse esse ponto. E ele esclareceu: "Houve uma interpretação incorreta. Não quero que os acusados, os indiciados, se articulem entre si, se comuniquem para evitar que eles possam alinhar versões. Porém, os advogados têm liberdade. Eles podem fazer o que desejarem". Portanto, em determinadas situações, devemos estar extremamente atentos a esses assuntos para evitar excessos. Não precisamos de exageros. Não precisamos inventar. As coisas estão escancaradas. Recentemente, obtive a transcrição dos áudios da reunião do dia 5 (de julho).

É um escândalo. Compreende? A própria reunião é criminosa, claramente configurando a preparação de um golpe de Estado, a clara intenção de abolir violentamente o Estado de Direito Democrático. Essas pessoas serão indiciadas, disso não tenho dúvidas. Na minha opinião, a família Bolsonaro, em um regime democrático verdadeiro e justo, será criminalmente condenada. Considerando o caso da "rachadinha", que inclusive atinge Bolsonaro. É muito significativo que o assassino de Marielle morasse no mesmo condomínio que a família Bolsonaro. Há, portanto, relações intrínsecas entre milícias, Rio de Janeiro e bolsonarismo. Compreende? Em algum momento, este assunto exigirá uma análise aprofundada, incluindo efetivamente prisões.

- Bolsonaro tem se dado bem, tem saído ileso. Será que a sensação de impunidade não influencia o comportamento das pessoas ao seu redor? Há algo que ficou para trás e que não resolvemos, qual a sua opinião?

- Com certeza, acredito que nós... Nesse ponto, já não se trata apenas do PT, mas sim da sociedade brasileira como um todo. Quando conquistamos a anistia, passamos pela Assembleia Constituinte, pelas eleições diretas para presidente, deveríamos ter estabelecido, desde a anistia até a Constituinte, os parâmetros legais a que ficariam compelidas as Forças Armadas, que deveriam ter sido incluídas nesses marcos legais.

No entanto, naquele momento, fizemos uma negociação com o centrão. Vale ressaltar que esse centrão não se assemelha ao centrão atual; naquela época, havia representantes da direita e da esquerda no parlamento, além de um centrão, que difere do atual centrão, que só se sacia



ao devorar o Estado. Na ocasião, chegamos a um acordo. Disse-mos: "as Forças Armadas são importantes, inclusive para a garantia da lei e da ordem". Considero que o artigo 142 da Constituição foi uma concessão que fizemos na Constituinte e que ajudou a resolver a situação dos militares, permitindo, duas ou três décadas depois, a ascensão de Bolsonaro. Acredito que devemos reavaliar essa situação. Até hoje, não implementamos um processo de justiça de transição eficaz, não completamos a transição efetiva da ditadura para a democracia. Compreende? Ainda estamos sob a tutela dos militares e agora sob a tutela de militares medíocres. O que é ainda pior, pois eles ultrapassam limites em suas pretensões, como vimos claramente nessa reunião em 5 de julho.

Quando a gente fala do bolsonarismo no Brasil, ele está, obviamente, aliado à extrema-direita do mundo todo. Qual a sua análise do avanço do golpismo como prática política desses personagens?

- Todos esses, são cinco ou seis no mundo inteiro, mas dentre todos, o mais medíocre é o

Bolsonaro, ele é o campeão, invencível, imbatível. Trump, às vezes, pode parecer exótico, mas ao menos conhecemos seus pensamentos e desejos. Já Bolsonaro é uma incógnita. (Recep Tayyip) Erdogan e até mesmo figuras de esquerda como Gabriel Ortega, na Nicarágua... não tenho nenhum compromisso com o erro, eu defendi a Frente Sandinista por muitos anos, mas acredito que Daniel Ortega não reflete mais os ideais originais do movimento, hoje temos essas personalidades. Um vento de extrema-direita e ultraconservadorismo sopra pelo mundo, quase roçando o fascismo. Bolsonaro é fascista? Não, ele não é. Contudo, suas atitudes têm tons fascistas. Acredito que, talvez, ele não compreenda teoricamente o fascismo, mas seu comportamento tende para tal. Muitas vezes, esses líderes, ao assumirem o poder e o perderem depois de uma eleição, deixam um legado de destruição para seus sucessores repararem antes de progredir. No Brasil, tenho criticado a abordagem baseada apenas em reconstruir. Devemos almejar transformação. Se nos limitarmos

a reconstruir, ficaremos eternamente presos no ciclo onde um líder extremista destrói, voltamos e reconstruímos novamente, o Lula tem que fazer a reconstrução e também a transformação. Devemos promover uma guerra cultural, uma batalha ideológica, para esclarecer nossos ideais, nossos objetivos, o significado da democracia, do Estado de Direito, e da conquista de direitos para os trabalhadores e para o bem-estar social que almejamos. Devemos expressar claramente nossas opiniões. Abrir o debate é essencial e sem hesitar. Não devemos evitar debates. No dia 8 de janeiro, se Lula tivesse convocado as Forças Armadas para uma operação de lei e ordem, ele teria sido removido do poder, ele seria o primeiro alvo. Ele foi sábio ao perceber as intenções e agir com cautela. Em vez de decretar a garantia da lei e da ordem, optou por uma intervenção na segurança pública do Distrito Federal, nomeou o interventor. Os responsáveis estão sendo investigados e punidos com condenações severas. Agora, precisamos avançar, especialmente na esfera cultural, ideológica e no âmbito do convencimento político.



GOVERNO VAI ENVIAR VACINAS CONTRA DENGUE PARA 29 MUNICÍPIOS

Agência Brasil

O Ministério da Saúde informou que vai enviar doses de vacinas contra dengue para 29 municípios nos próximos dias. O lote vai completar a lista de 521 municípios selecionados para receber as doses até a primeira quinzena de março. Até o momento, 492 cidades já receberam os imunizantes.

A vacinação contra a dengue começou neste mês e é destinada à aplicação em crianças de 10 e 11 anos. Até o fim deste ano, a vacinação com a Qdenga, nome comercial do imunizante, será

ampliada para adolescentes de 12,13 e 14 anos que moram nos 521 municípios.

Os municípios foram escolhidos para receber os primeiros lotes das vacinas por estarem localizados em áreas de com alta incidência da dengue tipo 2 (Sorotipo 2), que provoca infecção mais grave da doença.

A restrição de regiões que vão receber a vacinação foi feita diante das dificuldades apresentadas para produção e oferta da vacina, elaborada pelo laboratório Takeda. A partir da entrega de mais carregamentos, a vacinação será ampliada pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo o Ministério da Saúde, foram compradas 5,2 milhões de vacinas neste ano. Em 2025, serão mais 9 milhões.

A vacina Qdenga teve o registro aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em março de 2023. Em dezembro do ano passado, a pasta anunciou a incorporação do insumo no SUS.

Pelo menos seis estados já declararam situação de emergência devido aos casos registrados de dengue na população. Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Acre, Goiás e o Distrito Federal estão na lista.



COM GOVERNO LULA, DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA CAI 60% EM JANEIRO DE 2024

Monitoramento do Imazon aponta que este é o décimo mês consecutivo com queda. Ministro Pimenta comemora resultado e diz que governo trabalha para chegar à meta zero

O Brasil encerrou janeiro de 2024 com o décimo mês consecutivo com registro de queda de desmatamento na Amazônia. Os dados são do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon). Segundo o monitoramento, nesse período, a queda foi de 60%, ficando em 79 quilômetros quadrados, ante 198 km² de janeiro de 2023.

No X, ex-Twitter, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, Paulo Pimenta, comemorou o resultado conquistado a partir das ações do governo do

presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a preservação do meio ambiente.

“Com presidente Lula, desmatamento na Amazônia cai pelo décimo mês consecutivo e alcança índice 60% menor que em janeiro de 2023. Continuamos rumo ao desmatamento zero”, publicou Pimenta. A meta do governo federal é chegar a essa marca até 2030.

A Amazônia Legal compreende nove estados brasileiros, sendo Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, na região Norte, Mato Grosso (Centro-Oeste) e Maranhão (Nordeste). Destes cinco registraram

queda do desmatamento (Mato Grosso, Pará, Rondônia, Amazonas e Maranhão

O acompanhamento por imagens de satélite permitiu identificar que Roraima foi o estado com maior derrubada de árvores (40% de área), mas mesmo assim um índice menor no comparativo com 2023. Em janeiro de 2023, foram 41 km², ante 32 km² no mês deste ano, queda de 22%.

De acordo com dados da série histórica, iniciada em 2008, os anos com maior derrubada foram: janeiro de 2015, com 288 km², e janeiro de 2022, com 261 km².



INDÚSTRIA DE ALIMENTOS DO BRASIL GERA 70 MIL VAGAS DE EMPREGO EM 2023

Montante representa 67% do total de empregos gerados na indústria de transformação. Juntamente os 280 mil postos indiretos, chega-se a 350 mil novos trabalhadores ao longo da cadeia produtiva do setor

Agência Brasil

A indústria de alimentos no Brasil abriu 70 mil novos postos de trabalho diretos e formais em 2023, de acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA). O montante representa 67% do total de empregos gerados na indústria de transformação. Juntamente os 280 mil postos indiretos, chega-se a 350 mil novos trabalhadores ao longo da cadeia produtiva do setor.

O balanço anual da associação revela ainda que o número

de trabalhadores diretos atingiu 1,97 milhão, registrando crescimento de 3,7% em relação a 2022.

Para o presidente executivo da ABIA, João Dornellas, o resultado expressivo pode ser explicado pelo aumento de 5,1% da produção física (totalizando 270 milhões de toneladas de alimentos) e pelo incremento nos investimentos em inovação, pesquisa e desenvolvimento, ampliação e modernização de plantas.

Os investimentos alcançaram a cifra de R\$ 35,9 bilhões, em 2023, mais de 50% acima do apurado no ano anterior.

“O aumento significativo refle-

te os esforços do setor em impulsionar o crescimento e a competitividade. Além disso, estamos comprometidos em ampliar o espaço que a indústria ainda tem para produzir mais, pois a capacidade utilizada hoje é de 75%”, afirma Dornellas.

Faturamento

O faturamento em 2023 foi de R\$ 1,161 trilhão, 7,2% acima do apurado no ano anterior (em termos nominais), acompanhando o crescimento das vendas para o varejo e o food service, e das exportações. O volume corresponde a 10,8% do PIB nacional.

Deste total, R\$ 851 bilhões foram oriundos das vendas no mercado interno e R\$ 310 bilhões das exportações.

As vendas reais totais (mercado interno e exportações) apresentaram expansão de 3,4%. Os principais destaques foram as exportações, que cresceram 5,2% em valor (dólar), alcançando o patamar recorde de US\$ 62 bilhões.

No mercado interno, o balanço das vendas reais também se mostrou positivo, com expansão de 4,5%, puxado pelo mercado de food service, que manteve trajetória de retomada, e pelo varejo alimentar.

O presidente do Conselho Diretor da ABIA, Gustavo Bastos, lembra que, apesar dos desafios enfrentados ao longo de 2023, tanto econômicos quanto climáticos, a gestão eficiente das indústrias de alimentos permitiu que a produção se mantivesse robusta.

“Mesmo diante dessas adversidades, nossa performance foi, mais uma vez, positiva. Nós nos destacamos não apenas no cenário internacional, mas também garantimos o abastecimento interno, contribuindo assim para a promoção da segurança alimentar de milhões de brasileiros.”

Bolso dos consumidores

Em 2023, o setor enfrentou menor variação de preços de itens como embalagens e combustíveis, o que aliviou os custos de produção de alimentos. Os preços de algumas das principais commodities agrícolas arrefeceram, a exemplo do milho, trigo e soja. Entretanto, outras como o cacau, café e açúcar sofreram aumentos significativos. O índice de preços de commodities da FAO registrou queda de 13,7% em relação ao ano anterior, porém permanece 19,2% acima do

Reprodução



patamar de antes da pandemia.

O resultado dessa conjuntura pôde ser percebido nas prateleiras dos supermercados: o IPCA para alimentos e bebidas variou apenas 1,02% em 2023, ante 11,6% no período anterior.

“O compromisso com a estabilidade de preços e a busca pela eficiência operacional permitiram que a comida chegasse mais barata à mesa dos brasileiros, o que representa uma contribuição relevante do setor para a queda da inflação. Importante ressaltar que em 2022 havíamos enfrentado aumentos expressivos nos preços dos insumos.”

Exportação de alimentos industrializados

Em 2023, o Brasil se consolidou como o maior exportador mundial de alimentos industrializados (em volume), com 72,1 milhões de toneladas, acima dos Estados Unidos. Isso representa um crescimento de 11,4% em relação a 2022 e de 51,8% em relação a 2019. Em valor, foram US\$ 62 bilhões, 5,2% acima dos US\$ 59 bilhões apurados no ano anterior e 82% acima do apurado em 2019. As exportações responderam por 27% das vendas do setor e o mercado interno por 73%.

Os principais destaques, em

valor, foram produtos de proteínas animais (US\$ 23,6 bilhões), produtos do açúcar (US\$ 16,0 bilhões), farelo de soja e outros (US\$ 12,6 bilhões), óleos e gorduras (US\$ 3,6 bilhões) e sucos e preparações vegetais (US\$ 2,9 bilhões).

Os maiores mercados consumidores foram a China, com US\$ 11 bilhões e participação de 17,7%, comprando principalmente produtos de proteínas animais; seguida dos 22 países da Liga Árabe, com US\$ 10,2 bilhões e 16,4% de participação, consumindo produtos do açúcar e de proteínas animais; e União Europeia, com US\$ 9,1 bilhões, participação de 14,6% e destaque para produtos do açúcar e farelo de soja.

Dornellas lembra que o Brasil vem se sobressaindo desde o início da pandemia como fornecedor global de alimentos.

“O Brasil tem uma indústria de alimentos muito forte com tecnologia e capacidade de produção para atender o mercado interno e ainda exportar para 190 países, além da condição de expandir essa capacidade. Apesar da nossa liderança como maiores exportadores mundiais de alimentos industrializados, estamos trabalhando para avançar na exportação de produtos com maior valor agregado.”

PUNIÇÃO AOS GOLPISTAS

Odair Cunha

As novas informações da Polícia Federal sobre a tentativa de golpe de Estado e de abolição do Estado Democrático de Direito, em 8 de janeiro de 2023, são chocantes e mostram nitidamente como a democracia brasileira foi atacada pelo governo passado. Foi desvelada a trama golpista colocada em curso pelo inelegível, com o apoio de seus cúmplices civis e militares, inclusive ex-ministros e militares de altas patentes, dentro do Palácio do Planalto.

Agora, à luz dos novos episódios revelados pela PF, o ex-capitão convoca uma manifestação em São Paulo, tentando se fazer de vítima. Trata-se de demonstração de desespero, já que todas suas tramoias antidemocráticas feitas nos bastidores vieram à tona.

Não obstante a gravidade dos fatos, ele tenta, de novo, posar de bom moço, para enganar seus apoiadores. Não vai adiantar, pois prevalece o ditado: "mentira tem perna curta".

A operação Tempus Veritatis (ou "hora da verdade", em latim), da PF, trouxe informações alarmantes sobre as maquinações golpistas. Os fatos confirmam a necessidade de punição, pela



Justiça, não só da hora que ocupou Brasília no dia 8/01/23, mas também dos financiadores e organizadores da barbárie. O inelegível Bolsonaro é um deles: antes de fugir para os Estados Unidos, articulou os ataques que resultaram na invasão e destruição das sedes dos três Poderes.

Ao longo de seu mandato, espalhou mentiras sobre as eleições, conspirou contra o STF e instalou o ódio entre os brasileiros. Seu histórico – defesa de ditaduras e da tortura, ataque aos direitos humanos, desrespeito às instituições democráticas e conspiração diuturna contra a democracia e o Estado de Direito – mostra que ele é uma ameaça permanente às instituições e ao País.

A convocação para o ato em 25 de fevereiro, em São Paulo, mostra que continua a ser um perigo para a democracia. É uma manifestação ilegítima e contrária à Constituição. O ex-capitão tenta mobilizar seus cúmplices para desafiar a Justiça e instalar no Brasil a balbúrdia. Poderá ser novamente alvo de processo. O mais grave ainda é que expõe seguidores a eventuais ações na Justiça por participação em mais um ato golpista.

Usar a democracia, invocando o direito de liberdade de expressão e de manifestação, para destruí-la em nome de seus

interesses pessoais, é outra manobra ardilosa de Bolsonaro. É muito descaramento: tentou um golpe e agora, diante das investigações, tenta se colocar como vítima.

O Brasil conquistou a democracia, a partir de 1985, com a luta de diferentes setores da sociedade, às custas de prisões, torturas e mortes. É inaceitável que em pleno século 21 saudosos dos anos de chumbo conspirarem para levar o Brasil de novo às trevas. É inconcebível que ainda disseminem mentiras sobre fraude nas eleições presidenciais de 2022, questionando as urnas eletrônicas que garantiram a vitória do ex-presidente em 2018 e também ao longo de décadas em suas disputas para o cargo de deputado federal.

Os vândalos terroristas de 8/01 foram derrotados, mas é preciso manter vigilância constante, diante do ressurgimento da extrema direita e de grupos neofascistas no País. O negacionismo e o uso das redes sociais para difusão de mentiras e de fake news por setores autoritários são ameaças às instituições democráticas. Bolsonaro navega nesse submundo da internet, continua a estimular o ódio e é um perigo real para a democracia. Resta agora pagar pelos seus crimes por fomentar um golpe de Estado.

Sem anistia!

Deputado federal por Minas Gerais e líder da Bancada do PT na Câmara dos Deputados



DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE LULA SOBRE GUERRA EM GAZA REPERCUTE NO NORTE GLOBAL

Fernanda Otero

Desde outubro de 2023, acompanhamos semana após semana, o crescimento do número de mortos no conflito entre Israel e o povo palestino. Os números não param de crescer, o que deixa cada vez mais difícil para Israel manter seu argumento de que estaria se defendendo do terrorismo.

Apesar dos apelos internacionais, das campanhas e dos protestos numerosos em diversos países do mundo, Israel segue impiedoso e cruel no seu propósito de "reduzir os esconderijos

do Hamas a ruínas". Não foi possível negociar uma trégua que durasse mais de quatro dias e a última tentativa realizada no começo de fevereiro, fracassou.

Ainda em outubro de 2023, uma grande onda de protestos tomou as ruas do mundo para pedir o fim do conflito. O dia internacional de solidariedade ao povo palestino celebrado anualmente em 29 de novembro levou centenas de milhares à ruas, no Brasil e no mundo.

No Reino Unido, por exemplo, desde o começo do ano, já foram convocados dois dias de mobilização em apoio ao povo palesti-

no e pelo fim da ocupação. Em 17 de fevereiro aconteceu o Dia Global de Ação pela Palestina. Segundo os organizadores, marchas pelo fim da guerra ocorreram em mais de 100 cidades de 45 países.

A vice-presidente do Fórum Palestino da Grã Bretanha, Adnan Hmida, declarou ao site Middle East Monitor que "o chamado pela segunda vez em menos de dois meses para um protesto global para parar o genocídio em Gaza" era extremamente importante por várias razões: a primeira delas seria para enfatizar a rejeição popular global a esse



Presidente Lula recebe brasileiros vindos da Faixa de Gaza, em Brasília

genocídio e a segunda, seria acelerar os procedimentos do Tribunal Internacional para um cessar-fogo e responsabilização dos criminosos de guerra.

O Dia Global de Ação pela Palestina coincidiu com a visita do presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Egito. No sábado, 17, Lula encontrou-se com o Primeiro-Ministro da Autoridade Palestina, Mohammad Shtayyeh, e anunciou que o Brasil continuaria a apoiar a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Oriente (UNRWA) e que enviaria uma ajuda extra. A decisão do governo brasileiro veio de encontro à suspensão anunciada pelos países alinhados com Israel de cortar financiamento alegando uma suspeita de envolvimento da agência com membros do grupo Hamas.

No dia seguinte, pela manhã, o presidente concedeu entrevista coletiva antes de cumprir sua última agenda no país. Foi questionado sobre a manutenção da ajuda humanitária e respondeu: "Quando eu vejo países ricos anunciarem que estão parando de dar contribuição para a questão humanitária aos palestinos, eu fico imaginando qual é o tamanho da consciência política

dessa gente e qual é o tamanho do coração solidário dessa gente que não está vendo que na Faixa de Gaza não está acontecendo uma guerra, mas um genocídio. Se tem algum erro dentro de uma instituição que recolhe dinheiro, puna-se quem errou. Mas não suspenda ajuda humanitária para um povo que está há tantas décadas tentando construir o seu Estado", criticou Lula. E continuou: "O que está acontecendo na Faixa da Gaza com o povo palestino não existiu em nenhum momento histórico. Aliás existiu quando Hitler resolveu matar os judeus. E você vai deixar de ter ajuda humanitária? Quem vai ajudar a reconstruir aquelas casas que foram destruídas? Quem vai devolver a vida das crianças que morreram sem saber porque estavam morrendo?", questionou.

Essa declaração causou uma reação internacional. No Brasil a oposição decidiu colher assinaturas para um patético pedido de impeachment do presidente.

O site Jacobina, do Reino Unido, apoiou a fala do presidente e disse que as ações de Lula fazem parte de seu compromisso de longa data em solidarizar-se com o povo palestino. Na terça-feira, 20, o herdeiro de Rei Charles

manifestou-se pela primeira vez sobre um conflito internacional e pediu o fim do conflito. Príncipe William defendeu um "fim aos combates o mais rápido possível".

O Ministro das Relações Exteriores da Irlanda, Michael Martin, declarou que o mundo estava em choque com o nível de desumanidade que acontece no momento em Gaza.

O site Politiken, da Dinamarca, disse que Lula tornou-se uma voz proeminente para o sul global.

O II Manifesto, da Itália, reproduziu a fala de Lula dizendo que ele vinha denunciando o "genocídio" em curso em Gaza desde outubro passado.

Na Espanha, o El Diario destacou a reação de Israel quanto a declaração de Lula, e ressaltou que o Brasil foi um dos primeiros países a apoiar a denúncia apresentada pela África do Sul ao Tribunal Internacional de Justiça (CIJ) em Haia, que acusa Israel de manter um "padrão de conduta genocida" em Gaza.

O comentário do presidente não foi apenas festejado pela imprensa europeia. Lula provou uma ação concreta dos Estados Unidos: o país, pela primeira vez, decidiu apresentar um pedido de cessar-fogo na região.



83 ANOS DE CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Encontro para debater políticas públicas surge como novidade no Brasil: era 1941, em pleno Estado Novo

Isaías Dalle

Ferramenta de participação social bastante utilizada nos governos federais sob o PT – foram 103, entre 2003 e 2014, e sete, em 2023 – as conferências nacionais vêm de muito antes. A 1ª Conferência Nacional de Educação e Saúde aconteceu em 1941, convocada por Getúlio Vargas.

Em 10 de novembro daquele ano, no quarto aniversário do Estado Novo, o presidente recebeu no Palácio do Catete os representan-

tes dos estados para a Conferência, iniciada sete dias antes.

Em reportagem sobre aquele encontro, o *Jornal do Brasil* de 11 de novembro descreveu o presidente ao centro, enquanto representantes dos Estados, “administradores e técnicos”, louvavam a iniciativa de coordenação em busca de um modelo educacional e de saúde mais eficaz. “Coesão e ordem, a verdadeira integração política em que vive o Brasil”, diz um trecho.

Essa era parte da ideia. A fragmentação administrativa e política ainda era uma das marcas do país.

Com o objetivo de alinhar e fortalecer a relação com estados e municípios, Getúlio pretendia trazer os outros entes federativos para perto e em torno de si, como ferramenta de gestão e de política. E, na ausência de mediação partidária, constitutiva do Estado Novo, o presidente precisava construir outras pontes.

Em diversos aspectos, a organização do Estado era outra, como se pode notar pelo fato de educação e saúde serem agrupadas não apenas em um único ministério, à época sob comando de Gustavo Capanema, mas também debatidas em uma única conferência. Desde a garantia de acesso gratuito ao ensino básico e mecanismos de combate a endemias, um enorme leque de propostas foi analisado sem a setorização que seria adotada tempos depois.

A convocação da 1ª Conferência Nacional de Educação e Saúde tinha também um objetivo de ordem prática: reunir dados sobre o que acontecia nessas áreas nos diversos pontos do país. Uma das medidas que antecederam a realização da conferência foi o envio de longos questionários aos gestores municipais e estaduais, solicitando informações a respeito do número de equipamentos, tipo de atendimento prestado, público atendido e práticas em curso, “cujas respostas servirão de base ao estudo dos assuntos a serem debatidos”, conforme comunicação do governo.

O *Jornal do Brasil*, tomado aqui como referência das reações na imprensa, dividiu-se entre o louvor demonstrado em novembro de 1941 e a crítica ácida à proposta de abrir um debate amplo, como fizera em julho daquele ano, ao comentar o questionário enviado a estados e municípios: “Em vez de se fornecer instruções, pedem-se informações, e essa interessante

inversão da exigência da lei prova que não há um roteiro seguros das finalidades que se pretendem atingir com essas reuniões”.

À parte o estilo do texto, nada muito diferente de críticas feitas no século 21 às conferências convocadas por Lula e Dilma, vistas por muitos como desperdício e improdutivas.

Já na segunda metade dos anos 1980, quando o processo de redemocratização aguçava, até mesmo em setores da imprensa, o desejo por participação popular, o clima era outro. Naquela quadra, algo de muito definidor aconteceu: a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, lançou as bases para conferências com real espaço para a voz das camadas de baixo.

Coube ao médico sanitário Sérgio Arouca, que presidia aquela conferência, encaminhar proposta para que os usuários da saúde e os trabalhadores do sistema pudessem participar, como observadores. Foi uma resposta à pressão de movimentos organizados que, mesmo sem direito formal, enviaram delegações e garantiram afluência numérica inédita. O ginásio Nilson Nelson, em Brasília, sediou o encontro.

Dois anos depois, a 8ª Conferência dava frutos, com forte influência na redação do capítulo de Direitos Sociais da Constituição Federal. Em 1990, nascia o SUS (Sistema Único de Saúde). E, nas conferências de Saúde seguintes, a participação de usuários e trabalhadores do SUS passou a ser norma, com direito a voto. A prática se estendeu às demais conferências temáticas.

Nos tempos de Getúlio e até a redemocratização, as conferências tinham perfil elitista, sendo espaço preferencial para especialistas e integrantes de governos. Isso não significou, no entanto, que não tenham produzido transformações importantes a partir dos debates



que geraram, inclusive pela atuação de pesquisadores e especialistas de vocação progressista.

Um exemplo foi a criação do Ministério da Saúde, proposta que entre idas e vindas se consolidou em 1953, na terceira versão governamental de Getúlio - pós-1930 e pós-Estado Novo. Mais um exemplo importante, entre outros, vem da 5ª Conferência, em 1975, que apontou a necessidade de construção de um sistema realmente nacional de saúde.

O que se pode afigurar como uma deficiência desse mecanismo é sintetizado pelos longos períodos entre os tempos em que as propostas são apresentadas e sua efetiva implementação como política pública, quando esta ocorre. No entanto, os tempos da política podem diferir do conceito, muitas vezes imaginário, da eficácia produtiva. Outra distorção crítica se dá quanto à necessidade redentora de mediação e decisão de especialistas e intelectuais, sem as quais as camadas populares ficariam inevitavelmente à mercê da cegueira.

Os sentidos desses processos são mais complexos e ricos. Não é incomum que práticas e soluções adotadas pelas populações já estejam maduras quando governos se apercebem delas e as adotam, dando-lhes suporte político e financeiro. Um caso recente, ainda

na área da saúde, é o projeto Brasil Saudável - Programa Nacional para Eliminação de Doenças Determinadas Socialmente, lançado pelo governo federal no início de fevereiro.

A pomposa designação de “doenças determinadas socialmente” refere-se, na prática, à categoria de “doenças de pobre”, aquelas que, apesar de tão antigas, em alguns casos, quanto o Brasil Colônia, perduram por não atingirem camadas mais abastadas: doença de Chagas, tracoma, malária e esquistossomose, entre outras.

Precedendo o lançamento do programa, por décadas, movimentos organizados de vítimas e familiares, com apoio de instituições de ensino e pesquisa, não apenas pressionaram por atuação governamental, mas desenvolveram alternativas à precariedade que apontam ao poder público modos de enfrentar os problemas. A reivindicação de uma política de Estado semelhante, inclusive, foi objeto de resolução da Conferência Nacional de Saúde mais recente, a 17ª, realizada no ano passado.

A política, portanto, transcende o calendário oficial, não começa nem deve se esgotar nele. E depende de mobilização e pressão sobre o poder público. Por falar nisso, há 16 conferências nacionais já agendadas para os próximos dois anos. Programe-se.

TODO CARNAVAL TEM SEUS FINS

Em Direito à Folia, o professor e pesquisador Guilherme Varella faz abordagem inédita do evento e defende: é preciso, sim, tratar o carnaval sob a perspectiva jurídica, como garantia de um direito cultural

Henrique Nunes

Dizer que Guilherme e Carnaval são íntimos seria, para quem o conhece, a mais batida das alegorias. Seja pelo apreço à festa mais popular do país, iniciado ainda na infância, ou pela dedicação desmedida para garantir que o evento aconteça. A sua tarefa, no entanto, não é necessariamente colocar o bloco na rua - ou os blocos. É mostrar que, assim como o alimento e a moradia, o Carnaval deve ser tratado como um direito.

Este, aliás, é o tema do livro *Direito à Folia*, livro recém-lançado pelo professor e pesquisador. Com atuação direta na reformulação do Carnaval de rua iniciado na gestão municipal de Fernando Haddad, a partir de 2013, Varella carregou o tema para o doutorado que faria depois na USP - cujo resultado é o livro. "No final das contas, o meu contato com o carnaval tem essa faceta tripla de ser folião, de ser gestor, de ser

pesquisador na área da política cultural", resume.

"Na entrevista a seguir, ele explica como Carnaval e Direito se convergem e porque o tema, ainda pouco debatido no mundo acadêmico, é cada vez mais urgente. É uma cobertura inédita desse tema, justamente por tentar conectar a ideia do direito do carnaval no rol dos direitos e da política pública. Então é uma área e um estudo no campo do direito e da política pública, que é uma abordagem que se tem dentro do direito de Estado e é uma abordagem do Carnaval de forma inédita"

- O carnaval é tema frequente nas mais diversas áreas do conhecimento - da sociologia à economia - mas até então pouco citado do ponto de vista jurídico. Além do certo ineditismo, qual a principal contribuição que a sua obra pode deixar ao tema?

- O Carnaval tem merecido muita atenção dos estudos na área da antropologia, na área da sociologia, da comunicação,

das artes, mas é incomum se encontrar o estudo jurídico sobre o carnaval. Uma parte disso é explicada por que o próprio objeto de estudo, a festa carnavalesca é uma festa, a priori, ou essencialmente ou teoricamente de essência contrária a qualquer tipo de ordenação, de ordenação jurídica, de ordenação institucional, de regulação, de regulamentação.

E faz sentido. A festa é justamente isso. O carnaval serve para desordenar, descumprir ordens, desnortatizar ou contestar tudo aquilo que está posto normativamente e que a espontaneidade, a liberdade, a alegria fazem questionar. Mas na ideia de que é necessário que se tenha política pública para dar conta do exercício de direitos e considerando o Carnaval no rol dos direitos culturais, é preciso que você tenha política pública para a concretização deste direito ao carnaval.

É preciso que se crie as condições urbanas para que esse direito seja fruído. E é preciso que



a política pública e a intervenção do Estado também sirvam para garantir a liberdade de exercício do Carnaval. Mas também para reduzir os impactos, mitigar os efeitos negativos, inclusive no conflito com outros direitos que existem no território urbano. Então, é preciso, sim, tratar o carnaval sob a perspectiva jurídica, como garantia de um direito cultural. E é isso também aqui a obra se trata, além de tratar do Carnaval em sua perspectiva histórica e cultural e do ponto de vista urbanístico. E, de alguma maneira, é uma cobertura inédita desse tema, justamente por tentar conectar a ideia do direito do carnaval no rol dos direitos e da política pública. Então é uma área e um estudo no campo do direito e da política pública, que é uma abordagem que se tem dentro do direito de Estado e é uma abordagem do Carnaval de forma inédita. O que é o que se tem sobre o carnaval que relaciona o conteúdo jurídico geralmente está relacionado às questões contratuais ou às questões de incentivo fiscal ou as questões relacionadas à regulação de mercado. Muito nesse sentido. Aqui a gente está tratando de forma mais profunda a questão do direito cultural ao carnaval, o direito de protesto à liberdade, mas também o papel do Estado como executor de uma política pública no campo do carnaval. E acredito que isso seja uma contribuição para o debate acadêmico

- Muitos atribuem o ressurgimento do carnaval de rua quase que automaticamente à gestão de Fernando Haddad. No entanto, é sabido que se tratava de uma demanda histórica da população. Quem são, afinal, os verdadeiros protagonistas dessa trajetória?

- É preciso diferenciar o que é o carnaval como festa e expres-

são cultural e o que é a política pública que garante essa festa e essa expressão cultural. É claro que o protagonismo do Carnaval é dos blocos de carnaval, dos cordões, das fanfarras, das charangas, de todos os movimentos que se organizam em torno da realização dessa manifestação cultural que é histórica e que tem um componente fundamental de patrimônio, de memória e de identidade da sociedade brasi-

A GENTE ESTÁ TRATANDO DE FORMA MAIS PROFUNDA A QUESTÃO DO DIREITO CULTURAL AO CARNAVAL, O DIREITO DE PROTESTO À LIBERDADE, MAS TAMBÉM O PAPEL DO ESTADO

leira. E esse protagonismo está claro e está evidente. Ao Estado cumpre garantir as condições para que esse protagonismo possa ser exercido e o Carnaval possa ser realizado. Então, a retomada ou ressurgimento ou a reconstrução do carnaval de São Paulo nessa segunda década do século XXI, está, sim, atrelada a uma questão da intervenção da prefeitura para garantir essas condições. Ou seja, o carnaval sempre existiu. O carnaval de rua de São Paulo é histórico, tem uma

ligação muito enraizada com o samba no início do século XX. Tem inclusive uma conformação histórica que o diferencia de outros carnavais, mas que também bebe destes outros. E o carnaval sempre foi reprimido. O carnaval sempre foi oprimido, principalmente na segunda metade do século XX e no início do século XXI.

E apesar de, claro, o protagonismo ser dos blocos e cordões carnavalescos, os foliões, os organizadores, todos esses sofriam com essa obstrução administrativa do carnaval e com essa criminalização que se fazia na cidade de São Paulo. O que acontece a partir de 2013 é uma mudança de chave da gestão pública, que passa a deixar de reprimir e criminalizar o Carnaval para passar a estimular e a compreender o carnaval como um ativo cultural da cidade. E aí ele cria as condições através de uma política pública, para que esses blocos exerçam o seu protagonismo e que possam sair e realizar a festa do carnaval, garantindo os serviços públicos, garantindo a organização do trânsito, garantindo o que as forças policiais não sejam direcionadas para reprimir essas manifestações. E assim se cria um movimento exponencial de crescimento do carnaval.

É claro que essa reivindicação, a histórica do carnaval de rua na cidade de São Paulo e essa reivindicação se deu porque os blocos sempre foram uma resistência na cidade e essa reivindicação cresceu muito a partir dos anos 2010, justamente por conta do crescimento da pauta do direito à cidade, através da qual a cultura se insere de uma forma muito central, porque a cultura ajuda, reivindica, reivindica um outro uso público da cidade, uma outra fruição da cidade que não seja apenas morar e trabalhar, mas entender a cidade como uma centralidade

lúdica, nos termos do Lefebvre. Então, essa reivindicação, que já era histórica, encontra reverberação na agenda política institucional da prefeitura. Então, quando a reivindicação dos blocos, que é histórica, mas que nunca tinha sido atendida, encontra na prefeitura um desaguadouro, uma recepção, e ela se converte então numa política pública efetiva, isso garante as condições de crescimento do carnaval de rua que se viu a partir de 2013, quando havia apenas 40 blocos na cidade, e isso passou para 200 no ano seguinte, 350, 450 em 2015, 600 blocos, 700 e assim por diante, até chegar no nível que a gente encontra hoje.

- A consolidação do carnaval de rua, sob o ponto de vista jurídico, reacende outro debate: o direito à cultura e o direito à rua. Mas há quem diga que esse ressurgimento ainda privilegia a região central e, de certa forma, a população que já tem assegurado alguns privilégios. Você concorda?

- Esse fenômeno da retomada recente do carnaval de rua, ocupando o espaço público da cidade, é um fenômeno que está ligado a alguns fatores. Um deles é a reivindicação do espaço público por esses blocos que resistiam as franjas do Estado que negligenciava ao reprimir os blocos. E esse movimento de resistência, o movimento, muito ligado a setores artísticos, a setores do centro expandido da cidade de São Paulo, alguns bairros conectados com a Universidade, com a USP, por exemplo, na Zona Oeste, com os bairros mais boêmios, como a Vila Madalena, com os bairros que abrigavam artistas, músicos que acabam se organizando afetivamente nos blocos e passavam a realizar esses blocos.

E cria-se então um desses fatores, justamente essa confor-

mação que está ligada a essas camadas médias da sociedade, essas regiões mais ligadas ao centro expandido da cidade de São Paulo. Um outro fator é justamente essa conexão da pauta cultural do carnaval de rua com a pauta do direito à cidade, que também acaba sendo um movimento que é muito vocalizado e liderado pelas camadas médias que passam a se inserir nessa demanda, além das já ha-

A CAPACIDADE MORAL DA PREFEITURA DE SÃO PAULO HOJE, CONSIDERANDO O CARNAVAL COMO MÉTRICA, É UMA CAPACIDADE NEGATIVA, UMA ANTI-CAPACIDADE MORAL

bituais categorias que já faziam parte dela, como os movimentos de moradia, de saúde e de transportes.

Então isso também cria uma outra conformação que traz essa, esse caráter de um movimento mais de classe média branca e dos centros mais expandidos da cidade. Isso é algo parecido com o Rio de Janeiro, em que também essa retomada do carnaval, que data de 15, 20 anos antes, acontece, mas também por essas camadas médias. Isso é uma

inflexão histórica, uma mudança histórica, porque o surgimento do carnaval de rua é eminentemente um surgimento historicamente negro das camadas baixas da sociedade, das regiões que até então eram periféricas.

- A frase de Graciliano Ramos usada no seu livro é emblemática. Dito isso, qual a capacidade moral das últimas gestões da prefeitura de São Paulo?

- A capacidade moral da Prefeitura de São Paulo hoje, considerando o carnaval como métrica, é uma capacidade negativa, uma anti-capacidade moral. Por que a Prefeitura de São Paulo passou nessas últimas gestões, a partir de 2017, mas muito fortemente até agora, com o Ricardo Nunes, a enxergar o carnaval como um óbice, como um empecilho, como algo que atrapalha a cidade e não como um ativo e uma riqueza da sua cultura como era antes na gestão Haddad. A prefeitura tem uma visão de cidade que extirpa a cultura da vida pública. A prefeitura atual entende a cidade com aquelas máximas clássicas da direita de que a cidade deve ser voltada para a propriedade, para a vivência privada nos espaços privados e não públicos. A máxima do que o recrudescimento policial é o principal fator de segurança pública, quando a gente sabe que não é. A máxima de que a cidade tem que ser, tem que ter o máximo de ordem e normatização nos espaços para evitar, entre aspas, desordem e transtorno.

Quando na verdade, o que a cidade mais precisa é justamente ser ocupada, ser vivida, ter uma outra vida além daquela vida ordinária que a cidade tem, mas uma vida mais alegre, com mais sociabilidade, com mais alegria, com mais amizade, com mais comunhão. Então, o que acontece hoje é que o carnaval de rua, ele



Reprodução

é um emblema muito forte, não só um emblema, uma concretização de um outro tipo de vivência da cidade, uma vivência que é mais amorosa, mais afetiva, que ressignifica os espaços e que propõe uma cidade mais democrática para todo mundo.

A prefeitura atual não quer uma cidade mais democrática, mas quer, como se tem visto em várias outras pautas, na privatização de espaços públicos importantes da cidade, na revisão da lei de zoneamento, na entrega de vários bens da cidade para a iniciativa privada. O que a prefeitura quer é justamente uma visão proprietária, antidemocrática e completamente restritiva da cidade de São Paulo e por isso ela enfrenta o carnaval.

Por isso ela está tentando dissolver a política pública que permitiu o crescimento do carnaval de rua. É por isso que ela tem tratado os blocos com tamanha violência, como se viu nesses, nesse, nesses últimos dias, nesse último feriado de carnaval, agora em 2024.

- Desde as primeiras tentativas de regulamentação, com Erundina, o carnaval de rua tem passado por transformações do ponto de vista legal. Ainda há algo de urgente que precisa ser feito?

- No período Erundina, que foi quando foi inaugurado o Sambódromo em São Paulo, em 1990, que na verdade ocorreu não foi propriamente uma regulamentação ou uma regulamentação do carnaval de rua. O que aconteceu foi a criação de uma lei do carnaval que dava conta de você legitimar o Estado para que ele pudesse apoiar as manifestações que passariam a acontecer no Sambódromo. Do ponto de vista do carnaval de rua, a única coisa que ali é colocada é a abertura da possibilidade de ter um subsídio para alguns blocos, poucos que eram institucionalizados. Na época, duas associações que convergiam, que abarcavam vários blocos e que tinham essa possibilidade de receber um subsídio pela prefeitura. Então, na verdade, nunca foi

uma lei no período da Erundina que deu conta de organizar do ponto de vista do aparato jurídico institucional, a prefeitura para dar conta do carnaval de rua. Ela conseguiu estabelecer as previsões e conseguiu estabelecer o papel do Estado com relação ao Sambódromo e deixou um resquício, um rabinho, que foi esse tratamento residual por o carnaval de rua por meio dessas duas associações que recebem desde então, desde 1990, o subsídio, o dinheiro público da prefeitura. Essas duas organizações, elas têm cerca de 30 blocos, somadas as duas, e elas nem têm a importância política institucional que tinham, como tinham anteriormente, que eram as únicas que representavam porque hoje o universo dos blocos é mais de 600 700 blocos na cidade de São Paulo. E como você explica hoje que existam 700 blocos na cidade de São Paulo e só cerca de 30 recebem dinheiro público direto da prefeitura, sem qualquer tipo de edital de chamamento. Então, isso é algo que precisa ser altera-

do e precisa ser revisto.

Além disso, a pergunta sobre a questão legal que precisa ser enfrentada está muito ligada à questão de você regular melhor a iniciativa privada, porque ela não tem uma ação tão ostensiva no carnaval, passa por estabelecer procedimentos mais efetivos e mais condizentes com a realidade dos blocos de carnaval para o seu financiamento. A questão do financiamento não é uma questão legalmente bem abordada na política do Carnaval e isso ainda é um buraco, ainda é uma lacuna, e passa também por estabelecer limites mais claros à atuação das forças policiais na cidade de São Paulo, que ainda interpelam os blocos de uma forma agressiva e não protegendo os como deveria acontecer.

- Como aliar o caráter genuinamente transgressor do Carnaval ao clamor por normas que evitem excessos? (Numa tentativa de agradar as camadas conservadoras da cidade)

- O desafio de fazer uma política pública do carnaval é justamente você criar uma regulação de uma festa que é essencialmente transgressora, mas esse desafio precisa ser enfrentado. Por quê? Porque pular carnaval é um exercício de direitos. Mas quando você exerce esses direitos, você entra em conflitos, em colisão com outros direitos que são igualmente vividos no ambiente urbano. A segurança pública. A questão da mobilidade, a questão do conforto acústico e várias questões relacionadas aos direitos de propriedade e vários outros pontos. Esses direitos não deixam de existir, mas eles também não podem impedir que o direito cultural da liberdade de expressão cultural no carnaval aconteça.

A política pública serve justamente para encontrar um ponto

ótimo entre o exercício do direito ao carnaval e a preservação desses outros direitos. E no carnaval se dá o momento privilegiado de realização do direito a folia. Fora do carnaval. Esse direito não é exercido enquanto os outros continuam sendo. Então, o sopesamento de direitos é fundamental. Isso se dá não judicialmente, mas se dá antes através de uma ação do poder público, por meios de política pública que reduzem impactos, que mitigue danos e que possa organizar a cidade.

O DESAFIO DE FAZER UMA POLÍTICA PÚBLICA DO CARNAVAL É JUSTAMENTE VOCÊ CRIAR UMA REGULAÇÃO DE UMA FESTA QUE É ESSENCIALMENTE TRANSGRESSORA

Para fazer isso, posso organizar os serviços públicos, posso organizar o trânsito, posso organizar a informação para a população e, dessa maneira, é possível compatibilizar. Uma má gestão da prefeitura, uma má gestão da política do carnaval e uma má gestão desses direitos todos que são conciliáveis num ambiente urbano. O que a gente tem é que o carnaval é um direito e precisa de prestações do poder público,

de organizar serviços para estacionar.

Mas também é uma liberdade. Então você também tem que ter a retirada do poder público, uma ação omissiva que é de não interferir na liberdade, não bloquear, não obstruir, não reprimir. Essas duas dimensões do exercício carnavalesco devem ser igualmente atendidas. Então, esse desafio que está colocado é plenamente concretizável. Isso se dá em várias outras capitais brasileiras há muitas décadas.

Não é uma novidade, não é uma anomalia, não é algo inédito. Muito pelo contrário, é uma manifestação cultural tão enraizada socialmente como o carnaval, isso deve ser um padrão, uma regra, e isso deve acontecer em todos os lugares em que existe carnaval. Então não tem nada que seja inusitado. Aqui tem a conformação de uma política pública.

A única diferença é que você está elaborando, formulando, implementando uma política pública com um evento que é típico e atípico ao mesmo tempo. Ele é típico porque ele acontece todo ano e já está no nosso calendário cultural, que é o carnaval, e ele é atípico porque ele tem que ser pensado por uma forma atípica de viver a cidade de uma forma que não é habitual, que não é ordinária. Então, diferente de outras políticas sociais e setoriais em que você faz políticas para aquilo que é que pode ser padronizado, linhas de ônibus que são regulares, frequentes, horários que são padrão, atendimentos que têm um horário estabelecido porque o fluxo se dá naquele horário, você está fazendo justamente para um momento da cidade, que é o momento mais atípico, o momento inabitual, mas não deixa de ser o cumprimento de um direito. Tem que ter uma política pública para isso.

PETROBRAS ANUNCIA R\$250 MILHÕES PARA CULTURA, MAIOR EDITAL DA CATEGORIA

Presidente destacou a importância do setor para o país durante o lançamento da Seleção Petrobras Cultural 2024, na sexta-feira (23). Inscrições para o maior edital da categoria vão até 8 de abril

O presidente Lula participou da cerimônia de lançamento da Seleção Petrobras Cultural - Novos Eixos, no Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, nesta sexta-feira, 23 de fevereiro. O novo edital para patrocínio de projetos culturais destinará R\$ 250 milhões – maior investimento já feito pela empresa no segmento – a ações que promovam a diversidade e a inclusão nas cinco regiões do país, além de fomentar a economia criativa.

“Fico muito gratificado de ver que a Petrobras não voltou a fazer investimento apenas em energia elétrica, eólica, biodiesel e hidrogênio verde. Ela voltou a investir numa energia que é, possivelmente, uma energia revolucionária, que é uma energia formadora de consciência política da sociedade brasileira, ela voltou a investir em cultura”, afirmou o presidente Lula durante o evento.

Lula ressaltou a importância econômica e social da cultura brasileira. “A contrapartida que uma empresa do tamanho da Petrobras tem que dar ao povo que tanto fez para que ela fosse criada é investir em coisas que inte-



ressam ao povo. E cultura pode não interessar a um ditador, pode não interessar ao negacionista, mas cultura, simplesmente, interessa ao povo tanto quanto interessa um prato de comida, tanto quanto interessa qualquer outra coisa que esse ser humano faça. Essa é a grandeza desse gesto que está acontecendo hoje aqui no MAM”, defendeu.

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, destacou o empenho da pasta para fomentar projetos em todas as regiões do

país. “Em 2023, o ministério destinou R\$ 2,3 bilhões, beneficiando mais de 3 mil ações culturais, utilizando as leis de incentivos fiscais oferecidas pela Lei Rouanet, que possibilita um programa como esse da Petrobras. Um volume recorde de investimento nos 32 anos de existência do mais antigo mecanismo de financiamento da cultura brasileira. Ampliamos em 193% os investimentos na região Norte e vamos avançar mais, porque não é mais aceitável que os recursos cultu-

rais destinados pelo Governo Federal fiquem concentrados. Nós queremos estar no Brasil inteiro”, disse.

Incentivo

As inscrições, nesta sexta-feira, podem ser realizadas até 8 de abril. A iniciativa tem como objetivo selecionar projetos com elementos de brasilidade para compor os novos eixos do programa Petrobras Cultural, remodelado recentemente. As linhas são “Produção e Distribuição”, “Ícones de Cultura Brasileira”, “Cinema e Cultura Digital” e “Festivais e Festas Populares”. Para contar com o apoio, os projetos deverão estar inscritos na Lei Rouanet ou na Lei do Audiovisual – mas a inscrição poderá ser feita após o resultado do processo.

“Nós estávamos no nível – e é triste isso – de R\$ 27 milhões em 2022. E nós, agora, estamos anunciando aqui estes R\$ 250 milhões, que vão se somar aos outros R\$ 150 milhões que já estamos fazendo e vamos atingir mais de R\$ 400 milhões”, afirmou o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates. “Cada real em investimento na cultura traz um R\$ 1,59 de retorno para a economia do país. A gente acredita que um país que valoriza a cultura cria novas oportunidades todos os dias”, completou.

Poderão participar da seleção propostas de programação de espaços culturais, espetáculos artísticos, exposições, produção de filmes, manutenção de grupos artísticos, projetos digitais, festivais com temáticas diversas, festas regionais e outros, em um total de dez tipos diferentes de ações de patrocínio.

“Depois das tentativas de criminalização dos artistas e de desvalorização da cultura brasileira, aqui estamos nós, contentes. A cultura e a criatividade me-

recem atenção como qualquer outro setor econômico, mas nós não somos um setor qualquer. Além de produzir subjetividade e arte, nós temos, sim, números impressionantes. Nós contribuimos com a geração de emprego e renda no nosso país, representando 3,11% do PIB. Nós somos responsáveis por mais de 7,4 milhões de empregos”, ressaltou a atriz e produtora cultural Leandra Leal, que também administra o Teatro Rival, patrocinado pela Petrobras.

Diversidade

Com o intuito de promover a diversidade, segmentando as oportunidades disponíveis pelos territórios e valorizando as regionalidades, a Seleção Petrobras vai atribuir pontuação adicional a projetos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (que historicamente recebem menos investimentos em projetos culturais), bem como para os projetos com ações em pelo menos três regiões brasileiras.

Cada região receberá pelo menos 15% do valor total da Seleção, como mais uma forma de garantir uma distribuição efetiva dos projetos escolhidos. Além disso, cada estado do país deverá ser local de realização das atividades de, no mínimo, dois projetos.

Já a valorização de diferentes identidades ocorrerá por meio de mecanismos para promover maior participação de integrantes dos grupos com pouca representação, historicamente. Além de exigência de ações que contemplem a diversidade nas propostas, haverá uma reserva de 25% das vagas para projetos propostos, liderados, ou que apresentem como tema principal:

- mulheres;
- pessoas negras;
- pessoas oriundas de povos

indígenas;

- comunidades tradicionais (inclusive de terreiros e quilombos);

- populações nômades e povos ciganos;

- pessoas do segmento LGBTQIAPN+;

- pessoas com deficiência; e

- integrantes de outros grupos em situação de vulnerabilidade (ou sub-representação) na sociedade.

Inscrições

Podem se inscrever na Seleção Petrobras Cultural pessoas jurídicas com CNPJ válido, de natureza cultural com ou sem fins lucrativos. Para este processo seletivo, não serão aceitas inscrições de pessoa física, MEI (microempresa individual), ou EI (empresa individual).

A realização dos projetos deve ser proposta com início entre 21 de agosto de 2024 e 20 de agosto de 2025, tendo duração máxima de doze meses. A exceção são os longas metragens, que devem indicar como data inicial a previsão de lançamento nos cinemas ou em streaming. Todos os detalhes estão no edital do programa, disponível no site da Petrobras. As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas exclusivamente na plataforma digital petrobras.com.br/cultural/selecoes-publicas-culturais. Confira o calendário completo das etapas:

Inscrições - 23/02/24 a 08/04/24

Seleção dos projetos - abril a julho

Divulgação do resultado - julho

Início das contratações de patrocínios - a partir de julho

Início da vigência dos projetos - a partir de agosto

Do site do Planalto



MORRE LUIZ WERNECK VIANNA, UM DOS MAIORES EXPOENTES DA SOCIOLOGIA BRASILEIRA

O Brasil perdeu um dos seus maiores expoentes na sociologia. Morreu nesta quarta-feira (21) o professor Luiz Werneck Vianna, que faleceu aos 86 anos no Rio de Janeiro. Nascido em 1938, Werneck marcou sua vida pelo engajamento político e acadêmico, contribuindo ativamente para o cenário intelectual brasileiro.

Nascido no Rio de Janeiro de 1938, Werneck foi atuante no Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes (CPC da UNE), foi militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e foi presidente da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs). Soube, portanto, aliar com equilíbrio a pesquisa acadêmica de ponta com a militância política, a intervenção intelectual no debate público com a participação ativa na sociedade civil. Um jovem comunista no Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Foi o mundo dos subalternos e dos comunistas o que mais o estimulou em sua juventude. Sua trajetória acadêmica incluiu a presidência da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (Anpocs).

Graduado em Direito pela antiga Universidade do Estado do Rio de Janeiro e posteriormente em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Werneck combinou sua formação com a militância política. Sua visão diferenciada dos movimentos políticos foi evidente em sua escolha pelo caminho da política aberta de massas em contraste com a luta armada defendida por alguns de seus colegas.

Após períodos de exílio e prisão durante a ditadura militar, Werneck consolidou sua carreira acadêmica como professor de sociologia na PUC-Rio e no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio

de Janeiro (IUPERJ). Sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo (USP), intitulada "Liberalismo e sindicato no Brasil", é considerada um clássico da sociologia brasileira, destacando-se por sua análise marxista e pela introdução de conceitos de Antônio Gramsci no debate sociológico nacional.

Werneck não chegou a apresentar a dissertação, pois teve que se exilar do país em 1971. Recordo-me de Werneck contando em sala de aula sua aventura: "A polícia foi atrás de mim na PUC, mas eu consegui fugir por uma "passagem secreta". Infelizmente, nunca descobri que passagem secreta era essa.

Primeiro fugiu para São Paulo, mas não ficou lá por muito tempo. Logo foi para o exílio no Chile em 1971. Era o Chile de Salvador Allende, o presidente socialista eleito pela democracia liberal, mas que foi golpeado em 11 de setembro de 1973. Werneck também não ficou muito tempo por lá e retornou para o Brasil no mesmo ano de 1971. Como consequência, foi preso por cerca de seis meses.

Ao sair da prisão, em 1971, foi para São Paulo bater na porta do amigo Carlos Estevam Martins que estava no Cebrap. "Como você está?", teria perguntado Estevam ao receber o amigo na porta de casa. "Sem emprego" respondeu Werneck. Estevam articulou então com Fernando Henrique Cardoso a entrada de Werneck no Cebrap.

Ao longo de sua vida, Werneck também se interessou pela sociologia do direito, colaborando em importantes estudos sobre o perfil do magistrado brasileiro e a judicialização da política. Sua obra abordou temas contemporâneos, refletindo sua constante preocupação em intervir no debate público e em contribuir para a compreensão da realidade política e social do Brasil.

Werneck deixou um legado significativo não apenas na acade-

mia, mas também como intelectual público, cujo trabalho continua a influenciar as discussões sobre política, direito e sociedade no país. Sua habilidade em combinar rigor acadêmico com engajamento político o torna uma figura inspiradora para as gerações futuras de estudiosos e ativistas.

Entre seus principais livros, merecem menção: "A classe operária e a abertura", seu primeiro livro de análise de conjuntura que saiu em 1983; "Travessia", livro de 1986 que cobre o período que vai da abertura até a Constituinte; "A transição", livro de 1989 que trata do período entre a constituinte e a eleição presidencial de 1989; "De um plano Collor a outro", livro de 1991 que trata do governo Collor; "Esquerda brasileira e tradição republicana", publicado em 2006 e que cobre os governos de FHC e Lula; "A modernização sem o moderno", sobre o segundo governo Lula; e, por fim, "Diálogos gramscianos sobre o Brasil atual" coletânea de 2018 com entrevistas de Werneck que foram publicadas no período dos governos Dilma Rousseff e Michel Temer.

Todos esses livros são fundamentais para a compreensão de cada uma das conjunturas analisadas. Também merece destaque com maior importância o último capítulo presente em "De um plano Collor a outro". Intitulado "Ator, tempo e processo de longa duração em análises de conjuntura", esse capítulo de 44 páginas é uma verdadeira aula sobre como realizar uma análise de conjuntura. Nele, Werneck perpassa os grandes mestres da análise de conjuntura política: Maquiavel, Tocqueville, Marx, Lênin e Gramsci. Trata-se de um texto que deveria ser obrigatório em cursos de introdução à ciência política, segundo historiadores e sociólogos.

Com informações do Portal Grabois.



24 de fevereiro de 1932

CÓDIGO ELEITORAL É PROMULGADO

Um importante passo para a consolidação da democracia no Brasil é dado com a promulgação do Código Eleitoral. Com ele, pela primeira vez na nossa história, são reunidas e consolidadas todas as regras que disciplinam as eleições. As principais inovações são o voto feminino – até então as mulheres não votavam no Brasil – e o voto secreto. Também se institui, nesse código, o voto proporcional, sendo permitido a qualquer partido, aliança de partidos ou grupo de

no mínimo 100 eleitores registrar uma lista dos candidatos.

Pelo novo código, a Justiça Eleitoral assumia a responsabilidade pela organização das eleições, tarefa que até então era do Poder Legislativo. Dessa forma, acabava a “degola”, prática corrente na República Velha, em que deputados e senadores do partido majoritário não reconheciam os mandatos de candidatos eleitos por outras legendas. Na prática, jogavam no lixo os votos dos eleitores.

A nova legislação estabelecia ainda a Justiça Eleitoral como coordenadora de todo o processo, do alistamento de eleitores, passando pela organização das mesas de votação e a apuração dos votos, até o reconhecimento e a proclamação dos eleitos.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br

29 de fevereiro de 2008 MP 421 VALORIZA O SALÁRIO MÍNIMO

Governo edita a Medida Provisória 421, que instaura a Política de Valorização do Salário Mínimo, fruto de intensa negociação com os movimentos sindicais em 2006.

A MP, depois transformada em lei, garantia o reajuste real do salário mínimo por meio de sua correção a partir da variação do PIB do ano anterior somada ao repasse da inflação do período. A política previa inicialmente a fórmula de valorização até 2010. Em 2011, seria renovada até 2015 e, em 2015, até 2019.

Os críticos desta política afirmavam que seus custos seriam insuportáveis para a economia, especialmente na esfera da Previdência Social. O tempo mostraria que essas críticas não tinham fundamento: os incrementos na economia e na arrecadação de tributos seriam, em média, 2,5 vezes maiores do que os custos gerados pela Previdência.

A política de valorização do salário mínimo seria uma dos principais fatores responsáveis por manter a economia aquecida durante a crise internacional iniciada em 2008 e pela ascensão da chamada nova classe C. De 2002 a 2010, o aumento real do salário mínimo atingiria a marca de 53,67%. Até 2015, chegaria a 76,54%.

De 2003 a 2010, o poder de compra do salário mínimo passaria de 1,38 cesta básica para 2,06 cestas básicas, e chegaria a 2,21 cestas básicas em 2014 (melhor poder de compra desde 1979).



28 de fevereiro de 2008

REFORMA TRIBUTÁRIA CONGELA NA CÂMARA

Governo envia ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 233/2008, de reforma tributária. O objetivo do Executivo, ao propor a PEC, é simplificar o sistema tributário brasileiro, torná-lo mais transparente e menos oneroso à administração e ao contribuinte, reduzindo a carga de impostos sobre a produção e o consumo de bens e serviços.

O fato de o Brasil ser um país federativo, com tributos federais, estaduais e municipais, sempre foi um complicador para reformas tributárias. Por isso, a principal proposta era criar uma lei única para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal fonte de receita dos estados. Como o projeto alterava a arrecadação estadual, beneficiando estados consumidores, ele sofreria forte

resistência por parte de governadores de estados produtores, como São Paulo e Minas Gerais – ambos governados pelo PSDB.

Outro ponto polêmico era a alteração do financiamento da Seguridade Social, com a eliminação de fontes exclusivas para políticas sociais de Saúde, Previdência e Assistência Social. Movimentos sociais, conselhos de políticas públicas e organizações do terceiro setor organizariam um movimento em defesa dos direitos sociais que consideravam ameaçados pela proposta.

Por falta de acordo, a reforma tributária ficaria indefinidamente parada na Câmara dos Deputados. Em substituição à PEC, seriam aprovadas leis específicas, como a da desoneração da folha de pagamento e a da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).



BRASIL

200 anos de lutas e resistências do povo trabalhador

Everaldo de Oliveira Andrade (Org.)

Ângela Maria de Sousa Silva | Berenice Gomes da Silva
Carlos A. Ferreira Martins | Cynthia Soares Carneiro
Eduardo Silveira Netto Nunes | Fernanda Rodrigues Galve
Francisco das Chagas Pereira | Francisco Elias de Araújo
Jean Pierre Chauvin | João Maurício Gomes Neto | John Kennedy Ferreira
José Sergio Gabrielli de Azevedo | Kátia Cilene do Couto
Lyndon de Araújo Santos | Marcelo Sampaio Carneiro
Márcia Regina Barros da Silva | Raimunda N. Monteiro | Ronald Rocha
Vitor Eduardo Schincariol | Zeneide Pereira Cordeiro



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

HUCITEC
EDITORA